

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [32ª Reunião Extraordinária](#)
 - 1.2- [33ª Reunião Extraordinária](#)
 - 1.3- [34ª Reunião Extraordinária](#)
 - 1.4- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 4- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 5- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-
-

ATAS

**ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 30 DE AGOSTO DE 1995**

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95; chamada de votação nominal; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; questão de ordem; chamada para recomposição de número regimental; existência de "quorum" para a continuação dos trabalhos; questão de ordem; renovação da votação; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.674; chamada de votação secreta; não-coincidência do número de votantes com o de sobrecartas; anulação da votação; renovação da votação; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; questão de ordem - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- A **Deputada Maria José Haueisen**, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95, do Deputado Leonídio Bouças, que dá nova redação ao inciso III do art. 64 da Constituição do Estado de Minas Gerais (reduz para o mínimo de 100 o número de Câmaras Municipais para apresentação de emenda à Constituição). A Comissão Especial opina pela aprovação da emenda. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 263, I, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprovar a proposta responderão "sim"; os que desejarem rejeitá-la responderão "não". A Presidência lembra ao Plenário que, nos termos do § 3º do art. 208 do Regimento Interno, a proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver 48 votos favoráveis. Com a palavra, o 1º-Secretário, para proceder à chamada de votação nominal.

O Sr. 1º-Secretário (Deputado Rêmoló Aloise) - (-Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 28 Deputados. Não havendo "quorum" para votação, a Presidência torna-a sem efeito e passa à parte de discussões.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior- Sr. Presidente, não existe "quorum" para votação? Há mais de 28 Deputados neste Plenário.

O Sr. Presidente - Informo a V.Exa. que só responderam à chamada 28 Deputados.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - V.Exa. poderia fazer novamente a verificação?

O Sr. Presidente - Sim, vou solicitar ao Sr. 1º-Secretário que proceda à chamada para recomposição de "quorum". Com a palavra, o 1º-Secretário, para proceder à chamada para recomposição de "quorum".

O Sr. 1º-Secretário - (- Faz a chamada)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 46 Deputados. Encontram-se nas Comissões 8 Deputados, totalizando 54 Deputados. Portanto, há "quorum" para a continuação dos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, V. Exa. viu como rende a chamada? De 46 para 28 Deputados há uma diferença muito grande.

O Sr. Presidente - Registro as palavras do ilustre Deputado Alencar da Silveira Júnior. Seria bom que houvesse uma colaboração por parte dos ilustres Deputados, respondendo "sim" ou "não". A Presidência vai renovar a votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95, do Deputado Leonídio Bouças, pelo processo nominal, de conformidade com o art. 263, do Regimento Interno. Solicito ao 1º-Secretário que proceda à chamada de votação.

O Sr. 1º Secretário - (- Faz a chamada).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 43 Deputados. Não há, portanto, "quorum" para a votação da proposta. A Presidência torna sem efeito a votação realizada. Há "quorum" para a continuação dos trabalhos.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.674, que transfere a Superintendência Central de Pagamento de Pessoal da Secretaria da Fazenda para a Secretaria de Recursos Humanos e Administração e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 234 do Regimento Interno. Antes, lembra ao Plenário que os Deputados que desejarem manter o veto deverão votar "sim", e os que desejarem rejeitá-lo deverão votar "não". Resumindo: "sim" mantém o veto, "não" rejeita o veto. A Presidência convida para atuarem como escrutinadores os Deputados Marcelo Cecé e Jorge Hannas. Com a palavra, o 1º-Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. 1º-Secretário - (-Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Recomendo aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à verificação.

O Sr. Presidente - Votaram 34 Deputados. Foram encontradas na urna 43 sobrecartas. Os números não conferem. A Presidência torna a votação sem efeito e vai renová-la. A Presidência solicita ao 1º-Secretário que proceda à chamada.

O Sr. 1º-Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 19 Deputados. Portanto, não havendo "quorum" para a votação, a Presidência a torna sem efeito.

Questão de Ordem

O Deputado Romeu Queiroz - Sr. Presidente, solicito o encerramento, de plano, da reunião, por falta de "quorum".

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência, verificando de plano a inexistência de "quorum", encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 30 DE AGOSTO DE 1995

Presidência dos Deputados Wanderley Ávila e
Sebastião Navarro Vieira

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e votação de proposições: Requerimento do Deputado Gilmar Machado; aprovação - Registro de presença - Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 260/95; aprovação com as Emendas nºs 1 a 7 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 33/95; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição - Declaração de voto - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.684; manutenção - Questão de ordem - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 93/95; requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves; discursos dos Deputados Raul Lima Neto, Geraldo Nascimento e Alencar da Silveira Júnior; aprovação do requerimento - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santana - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião o Veto Total à Proposição de Lei nº 12.674 e os Projetos de Lei nºs 52, 118, 156, 215 e 367/95, em virtude de sua apreciação na reunião ordinária realizada hoje à tarde, e o Projeto de Lei nº 21/95, que recebeu substitutivo e voltou à Comissão de Administração Pública.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Gilmar Machado, em que se solicita alteração da ordem do dia da reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 33/95, do Deputado Marcos Helênio, seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do Deputado Mauro Lobo, Secretário de Ciência e Tecnologia.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95, do Deputado Leonídio Bouças, que dá nova redação ao inciso III do art. 64 da Constituição do Estado de Minas

Gerais (reduz, para o mínimo de 100, o número de Câmaras Municipais para apresentação de emenda à Constituição). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. Em conformidade com o art. 263, I, do Regimento Interno, a Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Os Deputados que desejarem aprová-la responderão "sim", e os que desejarem rejeitá-la responderão "não". Antes, a Presidência lembra ao Plenário que, nos termos do § 3º do art. 208 do Regimento Interno, a proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver 48 votos favoráveis. Com a palavra, o 1º-Secretário, para proceder à chamada de votação nominal.

O Sr. 1º-Secretário (Deputado Rêmoló Aloise) - (- Faz a chamada.)

- Respondem "sim" à chamada de votação nominal os seguintes Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santana - Gil Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ivo José - Jairo Ataíde - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente - Responderam "sim" 49 Deputados. Nenhum Deputado respondeu "não". Está, portanto, aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95. À Comissão Especial.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 260/95, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinaram pela sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opina pela aprovação das Emendas nºs 1, apresentada em Plenário, e 2 a 7, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está portanto aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 260/95 com as Emendas nºs 1 a 7. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 33/95, do Deputado Marcos Helênio (ex-Projeto de Lei nº 1.396/93), que dispõe sobre a apreensão de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental o pedido do Deputado Marcos Helênio. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares para que possamos proceder à verificação de votação.

Os Deputados que votaram favoravelmente ao projeto queiram se levantar. (- Pausa.) Podem se assentar. Os Deputados que votaram contra o projeto queiram se levantar. (- Pausa.) Votaram 11 Deputados a favor do projeto. Votaram contra o projeto 30 Deputados. Portanto, está ratificada a rejeição do projeto. Arquite-se.

Declaração de Voto

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, lamento a rejeição, porque o projeto passou, em 1º turno, em todas as comissões. Trata-se de um projeto moralizador. Não sei se houve entendimento errôneo por parte da bancada governista, porque toda a população cobra a apreensão de veículo automotor que trafega fora do horário de serviço. Já votamos com o Governo em vários projetos de interesse da sociedade. Creio que o Governador teria interesse em sancionar esse projeto se este tivesse sido aprovado pela Assembléia. Parece que S. Exa. é bem-intencionado, mas deve estar mal assessorado. Lamento, mais uma vez, que a Assembléia perca a oportunidade de aprovar um projeto que a sociedade cobra e que estava, realmente, caminhando para tornar-se lei. Na outra legislatura, vamos reapresentá-lo. Não sei se o voto contrário da bancada governista foi mais em razão da pressão daqueles que querem continuar com as benesses do Governo, usando os carros oficiais para passeios, férias, compras, para levar crianças à escola e as mulheres ao supermercado. Os Deputados não deviam rejeitá-lo, o que lamentavelmente ocorreu, hoje, neste Plenário. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.684, que dispõe sobre o repasse de recursos tributários compensatórios a município que abrigue em seu território unidade de conservação ambiental. A Comissão Especial

opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação secreta. Com a palavra, o 1º-Secretário, para proceder à chamada dos Deputados para votação secreta. A Presidência nomeia os Deputados Geraldo Santanna e Paulo Schettino para atuarem como escrutinadores. Antes, a Presidência lembra ao Plenário que os Deputados que desejarem manter o veto deverão votar "sim", e os que desejarem rejeitá-lo deverão votar "não". Com a palavra, o 1º-Secretário, para proceder à chamada de votação secreta.

O Sr. 1º-Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Hauelsen - Ibrahim Jacob - Ermanno Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Almir Cardoso - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ivo José - Jairo Ataíde - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - Kemil Kumaira - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Sebastião Costa - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente - Recomendo aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à verificação.

O Sr. Presidente - Votaram 49 Deputados. Foram encontradas na urna 49 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados. Votaram "não" 11 Deputados. Está mantido o veto. Oficie-se ao Governador do Estado.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar esta reunião para comunicar algo do interesse de todos os parlamentares.

Queria dar uma informação a respeito de uma entidade cujo distintivo nós, parlamentares, carregamos na lapela de nossos ternos. É a UPI - União Parlamentar Interestadual, que tem passado por algumas dificuldades.

Fui designado para, junto com V. Exa., que hoje preside esta reunião, ir ao encontro em João Pessoa, onde se buscou resolver crise muito grave nessa instituição. De lá, marcamos uma outra reunião em Brasília, onde foi votado novo estatuto e, também, escolhida uma comissão de transição.

Queria pedir a todos os parlamentares que tenham interesse nessa instituição, cuja nova diretoria será escolhida em outubro próximo, no Rio Grande do Sul.

Com a aprovação do novo estatuto, procurou-se corrigir uma série de distorções que havia na UPI.

Queria deixar aqui registradas essas informações e dizer, também, que fomos indicados como seccional do Sudeste. Está aí a informação, que pode parecer mais ou menos importante para alguns, mas é de extrema importância para todos os parlamentares, pois essa instituição é a maneira que temos de nos unir até atingirmos os objetivos a que nos propomos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 93/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que dispõe sobre a instalação de gabinete sanitário nos veículos automotores destinados ao transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. As Comissões de Saúde e Ação Social e de Defesa do Consumidor opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 1, também da Comissão de Justiça. Vem à Mesa requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves em que se solicita o adiamento da discussão, por cinco dias, do Projeto de Lei nº 93/95, de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O Deputado Raul Lima Neto - Queria aproveitar este momento para parabenizar o nosso companheiro, Deputado Ronaldo Vasconcellos, autor deste projeto. Viajamos de ônibus durante muito tempo e sabemos que muitas famílias passam necessidades. Às vezes, quando chegam nas paradas obrigatórias de ônibus, deparam-se com a cobrança de 25 a 50 centavos para uso dos sanitários. Mães de família, às vezes, ficam aflitas com os seus filhos, sem poderem usar o sanitário.

Sr. Presidente, é necessário compreender que a força do capitalismo é a competição, e o que beneficia o usuário é exatamente o que as empresas, que estão competindo, colocam nos seus ônibus, nos seus comércios. Evidentemente, essa medida só vai beneficiar os usuários. A alegação de que a planilha de custos vai fazer subir o

preço da passagem pode até parecer muito convincente. Entretanto, a competição faz com que os lucros sejam um pouco menores, e os usuários gozem, conseqüentemente, dos benefícios de, nessas viagens, ter seus sanitários.

Evidentemente, concordo com o requerimento para que se discuta a questão, com mais tempo, porque poderemos, talvez, apresentar emenda para que se obriguem as empresas a adotarem a medida somente em percursos acima de 200Km. Essa é a razão pela qual concordo com o requerimento para que se conceda o prazo de cinco dias, a fim de que, numa discussão mais séria, estabeleça-se um limite de, por exemplo, 200Km, no mínimo, mas que os ônibus que quiserem competir, ter as suas licenças para funcionar, ter a concessão, devam, evidentemente, ter os seus sanitários. Está de parabéns o nosso colega, Ronaldo Vasconcellos, por esse projeto.

O Deputado Geraldo Nascimento - Estive, ainda há pouco, discutindo com o Líder do Governo a respeito dessa questão. Não tenho nada contra o adiamento, apenas entendo que essa questão tem um aspecto que é competência do Prefeito Municipal, e outro, que é do DER. O Deputado que me antecedeu tem total razão, mas eu gostaria de dizer simplesmente que, na Comissão Especial da Mendes Júnior, um companheiro desta Casa ficou ofendido em razão de entrevista que dei na CDM, emissora da Rádio CBN. Embora ele esteja ausente - ou, pelo menos, não registra sua presença no painel -, gostaria de dizer que estou inteiramente às ordens do companheiro para que possamos conversar a respeito daquela tão polêmica comissão especial, constituída a requerimento de minha autoria. Falei com o Líder do Governo, e essa questão pode até ficar para depois, mas já tenho a minha posição. Gostaria, inclusive, de dizer que votei "não" nessa matéria, contra o Governo, como acredito tenha votado toda a Bancada do PT. O Governo de Minas Gerais já sabe que temos uma postura independente, fazendo coro ao discurso do companheiro da Frente, João Batista. O Governo de Minas, quando quiser aprovar qualquer coisa decente, pode contar conosco. Fora disso, vamos estar votando contra o Governo, embora não seja nossa vontade ter essa postura sistemática. Não precisamos, de forma nenhuma, de Senador biônico para comentar a atuação desta Casa.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, concordo com o adiamento da discussão do projeto, mas tenho certeza de que o Vereador que me antecedeu... ou melhor, o Deputado que me antecedeu, com todo respeito que tenho ao nobre companheiro, quando pegou carona em algum ônibus, caiu e acabou se machucando. Quando ele faz a defesa veemente desses banheiros, dizendo que empresário ganha muito e tudo mais, quero lembrar a ele que, da maneira como está proposto o projeto (banheiros em ônibus intermunicipais), como poderíamos colocar um banheiro numa linha que faz o percurso de Belo Horizonte a Santa Luzia? Acho que cabe ao próprio DER regulamentar a matéria, não a nós, por meio de projeto de lei. Não entendo o porquê disso, já que, hoje, existe uma determinação, com a distância correta, para todos os ônibus que devem ter banheiros instalados.

O Deputado Raul Lima Neto - Um aparte, Deputado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - De jeito nenhum, nobre Deputado.

O Sr. Presidente - Não são permitidos apartes no encaminhamento de votação.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Darei ao nobre Deputado, que está querendo um aparte, o Regimento Interno desta Casa, porque certamente o Deputado ainda não está acostumado com ele.

Então, Sr. Presidente, tenho certeza de que já existe uma determinação, uma lei que regulamenta esse caso. Acho que esta Casa tem que discutir mais um projeto dessa natureza, que é um projeto cuja aplicação vai ficar muito difícil.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, adiada por cinco dias a discussão do Projeto de Lei nº 93/95.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria da pauta, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 31, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa, também amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 31 DE AGOSTO DE 1995

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª **PARTE: Ata** - 2ª **PARTE (ORDEM DO DIA):** Palavras do Sr. Presidente - Discussão e votação de proposições: Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.678; manutenção - Registro de presença - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião a Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95, o Veto à Proposição de Lei nº 12.684 e os Projetos de Lei nºs 260 e 33/95, que foram apreciados na reunião extraordinária de ontem à noite, bem como o Projeto de Lei nº 93/95, que, a requerimento, teve sua discussão adiada.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.678, que dispõe sobre a criação de cargos nos quadros das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 234 do Regimento Interno. Antes, lembra aos Deputados que os que desejarem manter o veto deverão votar "sim", e os que desejarem rejeitá-lo deverão votar "não". Resumindo: "sim" mantém o veto, "não" rejeita o veto. A Presidência convida os Deputados Ajalmar Silva e Paulo Piau para atuarem como escrutinadores. Com a palavra, o 1º-Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Rêmoló Aloise) - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Henrique - José Maria Barros - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Gonçalves - Marcos Helênio - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente - Recomendo aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

- Procede-se à verificação.

O Sr. Presidente - Votaram 48 Deputados. Foram encontradas na urna 48 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à apuração dos votos.

- Procede-se à apuração dos votos.

O Sr. Presidente - Responderam "sim" 14 Deputados; responderam "não" 33 Deputados; houve 1 voto nulo. Está mantido o veto. Oficie-se ao Governador do Estado.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do Secretário Adjunto de Recursos Hídricos, Getúlio Neiva.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a

reunião e convoca os Deputados para a deliberativa de logo mais, às 14 horas, com o ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e dois de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Irani Barbosa, Anderson Aduato e Gilmar Machado, membros da supracitada Comissão, estando presente também o Deputado Álvaro Antônio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Irani Barbosa, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Anderson Aduato que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que a reunião se destina a apreciar a pauta e, logo após, lê abaixo-assinado enviado pelos secretários e auxiliares de secretaria das escolas estaduais de Nova Era, em que reivindica o direito de opção de 8 horas diárias de trabalho. Prosseguindo, distribui os Requerimentos nºs 524 e 600/95 ao Deputado Gilmar Machado; 554/95 ao Deputado Anderson Aduato, e 571/95, ao Deputado João Leite. Em virtude da ausência do Deputado José Bonifácio, relator do Projeto de Lei nº 169/95, a Presidência redistribui essa matéria ao Deputado Gilmar Machado. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 1ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência procede à leitura de requerimento de autoria do Deputado Alencar da Silveira Júnior, no qual solicita o comparecimento da Sra. Berenice Menegale, Secretária de Cultura, e do Sr. Eduardo Álvares, Diretor da Fundação Clóvis Salgado, para prestarem esclarecimentos sobre a situação funcional da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Anderson Aduato apresenta requerimento em que solicita alteração da ordem do dia, a fim de que o Projeto de Lei nº 260/95 seja apreciado após o Projeto de Lei nº 7/95. Colocada em votação, é a proposição aprovada. O Deputado João Leite emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 7/95 no 2º turno, na forma proposta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Prosseguindo, a Presidência reabre a discussão do parecer do relator, Deputado Anderson Aduato, sobre emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 260/95, do Governador do Estado, o qual conclui pela aprovação da Emenda nº 1. A seguir, suspende a reunião e reabre-a às 15 horas, com a presença dos Deputados João Leite e Anderson Aduato. O Presidente esclarece que será dada continuidade a discussão do parecer sobre emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 260/95, em virtude do pedido de vista feito pelo Deputado João Leite. Com a palavra, o relator, Deputado Anderson Aduato, retira o parecer apresentado na reunião anterior e emite novo parecer, mediante o qual conclui pela aprovação das Emendas nºs 1 a 7. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Gilmar Machado solicita seja o Projeto de Lei nº 169/95 convertido em diligência à Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração. A Presidência defere o pedido e, a seguir, submete a discussão e votação o Projeto de Lei nº 268/95. O relator, Deputado Gilmar Machado, profere parecer mediante o qual conclui pela sua aprovação. Colocada em votação, é a proposição aprovada. Prosseguindo, o Presidente submete a discussão e votação matérias das quais é relator o Deputado Anderson Aduato: no 1º turno, o Projeto de Lei nº 264/95, com parecer pela aprovação; e os Projetos de Lei nºs 266 e 274/95, com parecer pela aprovação com a Emenda nº 1. Colocados em votação, os projetos são aprovados. A Presidência submete também a discussão e votação proposições das quais é relator o Deputado João Leite: no 1º turno, os Projetos de Lei nº 265 e 296/95, com parecer pela aprovação com a Emenda nº 1. Colocadas em votação, são as proposições aprovadas. Dando continuidade, a Presidência passa a palavra ao Deputado Gilmar Machado, que solicita prazo regimental para emitir parecer sobre o Requerimento nº 524/95, o que é deferido pela Presidência. Esse mesmo parlamentar emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Requerimento nº 600/95. Submetido a votação, é o Requerimento aprovado. Nesse momento, o Deputado Anderson Aduato se ausenta, e registra-se a presença do Deputado Geraldo Rezende, ao qual a Presidência

redistribui o Requerimento nº 554/95. Esse relator, que emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação da matéria. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado João Leite solicita prazo regimental para emitir parecer sobre o Requerimento nº 571/95. A Presidência defere o pedido e, logo após, submete a votação os Requerimentos 597 e 601 a 605/95, sendo todos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 1995.

Anderson Aduato, Presidente - João Leite - Gilmar Machado.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às nove horas do dia vinte e três de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcos Helênio, Gil Pereira e Carlos Pimenta, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcos Helênio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Gil Pereira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. A Presidência leva ao conhecimento dos Deputados o ofício enviado a esta Comissão pelo Banco Central, contendo informações acerca do pedido de cópia dos relatórios referentes a auditorias realizadas no Consórcio Motorauto S.A. Encerrada a 1ª parte da reunião, a Presidência passa à 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Marcos Helênio apresenta seis requerimentos, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão com a finalidade de se ouvirem o Superintendente Estadual de Abastecimento e a Secretária Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte, a respeito da atual política estadual de abastecimento e suas possibilidades de aperfeiçoamento; a Sra. Marilenna Lazzarinni, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, acerca dos trabalhos realizados pela citada entidade, bem como a respeito dos principais desafios da defesa do consumidor; os Srs. Marco Aurélio Luz, Augusto Ferreira Neto, José Santíssimo e Antônio Joaquim Fernandes, respectivamente, Presidente da ADECON, Presidente Nacional do CNEC, Promotor de Justiça da Comarca de Varginha e Promotor de Justiça da Coordenadoria do PROCON-MG; os Presidentes da CEMIG e do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Minas Gerais e a direção do Sindicato dos Eletricistas de Minas Gerais - SINDIELETRÔ -, com relação à política tarifária da empresa, ao atendimento ao consumidor, à venda de ações da empresa no mercado de eurobônus, à proposta do Governo Estadual de venda de ações ordinárias e à possibilidade de privatização da empresa; a Comissão de Desestatização da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre a possível privatização do CEASA-MG e suas implicações para o Estado; e seja realizado um fórum técnico destinado à discussão dos temas mais atuais no campo da defesa do consumidor, tais como as políticas públicas de defesa do consumidor, a efetividade da prestação jurisdicional na defesa do consumidor, as políticas específicas para o consumidor pobre e o miserável, a universalização do acesso às informações sobre produtos e serviços e a defesa do consumidor no mercado globalizado, entre outros, com a intervenção dos setores competentes desta Casa e a colaboração do PROCON-MG. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Deputado Carlos Pimenta emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 93/95, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria, no 1º turno, com as Emendas nºs 2 a 5 e pela rejeição da Emenda nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Tendo em vista que a matéria a ser apreciada é de autoria do Deputado Marcos Helênio, o Deputado Carlos Pimenta assume a direção dos trabalhos. O Deputado Gil Pereira emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 175/95, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 5. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Marcos Helênio reassume a direção dos trabalhos, agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1995.

Marcos Helênio, Presidente - Dinis Pinheiro - Antônio Andrade - Gil Pereira - Carlos Pimenta.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Marcos Helênio e Álvaro Antônio (substituindo este ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, por indicação da Liderança do PDT), membros da Comissão supracitada. Também encontra-se presente a Deputada Elbe Brandão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara abertos os trabalhos esclarece que a reunião tem por finalidade apreciar as proposições constantes na pauta e solicita ao Deputado Marcos Helênio que proceda à leitura da

ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente acusa o recebimento de Ofício da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Marcos Helênio apresenta requerimento em que solicita seja convidado o Sr. Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador do Estado, para discorrer sobre o encontro de contas entre o Estado e o Grupo Mendes Júnior, previsto no art. 1º da Lei nº 10.863, de 1992. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Deputado Geraldo Rezende, relator dos Projetos de Lei nºs 6 e 79/95, que emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 79/95, na forma do vencido no 1º turno. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Quanto ao Projeto de Lei nº 6/95, o relator solicita prazo regimental para emitir seu parecer, o que é deferido pela Presidência. Logo após, o Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 43/95 ao Deputado Álvaro Antônio, que emite parecer que conclui pela aprovação da matéria. Durante a leitura do parecer, registra-se a chegada do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Ao se iniciar a discussão do parecer, o Deputado Alencar da Silveira Júnior apresenta as propostas de emenda nºs 1 e 2. Continuando, o Presidente coloca em votação o parecer, salvo as propostas de emenda. O parecer é aprovado por unanimidade e são rejeitadas as propostas de emenda. Em seguida, o Deputado Romeu Queiroz, relator do Projeto de Lei nº 261/95, solicita prazo regimental para apresentar seu parecer, o que é deferido pelo Presidente. Prosseguindo, passa-se à fase de discussão e votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. O Presidente informa que se encontra sobre a mesa requerimento do Deputado Antônio Júlio, solicitando a criação de uma comissão especial para verificar junto ao Banco Central a situação real da liquidação da MINASCAIXA. O Presidente esclarece que esse requerimento foi encaminhado à Comissão, pelo Presidente da Casa, com base na Deliberação da Mesa nº 761, de 1995. A Presidência defere o requerimento, de acordo com o art. 244, XXVI, do Regimento Interno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1995.

Miguel Martini, Presidente - Romeu Queiroz, relator - Marcos Helênio - Jorge Hannas.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Às nove horas e quinze minutos do dia trinta de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Antônio Roberto e José Braga, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e esclarece que a reunião se destina a ouvir os Srs. João Pinto Ribeiro, Secretário de Estado da Criança e do Adolescente; James Eustáquio Barbosa Ladeia, Lauro Wilson de Lima, Edna Lúcia Gomes de Souza e Alvinho Custódio de Souza, respectivamente, Presidente, Diretor de Finanças, Diretora de Assistência e Educação e representante dos servidores da FEBEM, que discorrerão sobre o processo de transição da referida Fundação. O Presidente lê ofício enviado pelo Secretário de Estado da Criança e do Adolescente, em que comunica a impossibilidade de seu comparecimento a esta reunião por motivo de compromissos anteriormente assumidos. A seguir, o Presidente solicita ao Deputado Antônio Roberto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Logo após, o Presidente passa a palavra ao Deputado José Braga, que lê ofícios enviados pelo Presidente da Câmara Municipal de Bom Despacho, em que solicita apoio desta Comissão para que as autoridades e os órgãos competentes sejam informados sobre a precária situação da Escola FEBEM Antônio Carlos, nesse município, e em que encaminha relatório da visita da comissão de Vereadores da Câmara Municipal de Bom Despacho à FEBEM desse município; e pela Comissão Pastoral da Terra da Regional de Rondônia, em que trata do massacre de posseiros da fazenda Santa Elina. Ato contínuo, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Antônio Roberto apresenta requerimento, em nome do Deputado Marcos Helênio, em que solicita a apuração de denúncias de prática de trabalho escravo e maus-tratos cometidos por um fazendeiro da região de Governador Valadares contra seus empregados e familiares, inclusive crianças. Requer, também, que esta Comissão se desloque até o referido município para tratar da questão "in loco". Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Deputado João Leite apresenta requerimento em que solicita sejam convidados os Srs. Oswaldo Faria, Diretor de Esportes da Rádio Itatiaia; Afonso Alberto Teixeira dos Santos, representante da Associação Mineira dos Cronistas Esportivos - AMCE -; Fernando Sasso, da TV Globo; Flávio Carvalho, da TV Bandeirantes; Arnaldo Viana, do jornal "Estado Minas"; José Fernando Marreiro Sarabando, Promotor de Justiça de Defesa do Cidadão; Ademir Lucas Gomes, Secretário de Estado de Esportes, Lazer e Turismo; Élmer Guilherme Ferreira, Presidente da Federação Mineira de Futebol; Cel. Edvaldo Picinnini Teixeira, Comandante do Policiamento da Capital; Maurício Otávio

Parreira, Presidente da Torcida Máfia Azul; Raimundo José Lopes Ferreira, Presidente da Torcida Galoucura, para participarem da audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, a realizar-se no dia 31/8/95, às 9 horas, com a finalidade de debater e procurar soluções práticas para o problema da violência nos estádios de futebol. Em virtude de o requerimento ser de autoria do Deputado João Leite, este passa a Presidência ao Deputado José Braga, que submete a proposição a votação, a qual é aprovada sem restrições. Reassumindo a direção dos trabalhos, o Presidente, Deputado João Leite, passa a palavra aos Srs. James Eustáquio Barbosa Ladeia, Edna Lúcia Gomes da Silva e Alvinho Custódio de Souza, que fazem suas exposições, conforme consta nas notas taquigráficas. Participam dos debates todos os convidados e os Deputados presentes. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros desta Comissão para a audiência pública a ser realizada nesta Casa no dia 31/8/95, às 9h30min, contando com a participação das autoridades e dos representantes de entidade civil relacionados no requerimento apresentado por este Presidente, a fim de debaterem e procurarem soluções práticas, para o problema da violência nos estádios de futebol; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1995.

João Leite, Presidente - Arnaldo Penna - Antônio Roberto - José Braga.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Romeu Queiroz, Marcos Helênio e Jorge Hannas (substituindo este ao Deputado Clêuber Carneiro, por indicação da Liderança do PFL), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Miguel Martini, declara abertos os trabalhos e esclarece que, nos termos do edital de convocação, esta reunião destina-se a apreciar, em turno único, o parecer sobre o Projeto de Lei nº 355/95, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial para a Universidade Federal de Montes Claros. Em seguida, a Presidência solicita ao Deputado Marcos Helênio que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Após, o Presidente redistribui ao Deputado Romeu Queiroz o Projeto de Lei nº 355/95. Com a palavra, o relator emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1995.

Miguel Martini, Presidente - Marcos Helênio - Geraldo Rezende - Ajalmar Silva.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 5/9/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 175/95, do Deputado Marcos Helênio (ex-Projeto de Lei nº 2.068/94, do ex-Deputado Baldonado Napoleão), que isenta do pagamento de emolumentos as entidades beneficentes de assistência social nos casos que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e

5, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 79/95, do Deputado Wanderley Ávila (ex-Projeto de Lei nº 696/92, do Deputado José Militão), que dispõe sobre a obrigatoriedade de o titular de cartório comunicar às Prefeituras dos municípios endereço e número de inscrição no CPF ou no CGC do novo ou dos novos proprietários, após a lavratura de escritura de imóvel urbano, para efeito de cobrança do IPTU. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/9/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária sobre o Projeto de Lei nº 343/95.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 6/9/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 56/95, do Deputado Raul Lima Neto.

Convidados: Srs. Marco Aurélio Luz, Presidente da Associação de Defesa do Consumidor de Varginha - ADECON -; Augusto Ferreira Neto, Presidente Nacional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC -; José Santíssimo, Promotor de Justiça da Comarca de Varginha, e Antônio Joaquim Fernandes, Promotor de Justiça do PROCON-MG, os quais discorrerão sobre denúncias formuladas pela ADECON contra a CNEC.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/9/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 252/95, do Deputado Raul Lima Neto.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, INVESTIGAR A DESAPROPRIAÇÃO REALIZADA PELA CODEVASF NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GURUTUBA, NA REGIÃO NORTE DE MINAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/9/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: eleger o Vice-Presidente e ouvir o Sr. Ciríaco Cerpa Menezes, Superintendente Regional da CODEVASF, que prestará esclarecimentos sobre a desapropriação realizada pela Companhia na implantação do Projeto Gurutuba, na região Norte de Minas.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 316/95**

Comissão de Saúde e Ação Social
Relatório

De autoria do Deputado Ermano Batista, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Amigos de Iapu - ACAMI -, com sede no Município de Iapu.

Publicada, foi a proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, apresentando a Emenda nº 1. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria

para o 1º turno, em obediência ao que dispõe o Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em exame tem por finalidade apreciar, coordenar e orientar qualquer iniciativa que vise a organizar a comunidade e a melhorar a condição de vida de seus moradores.

Dessa forma, por contribuir para que os associados alcancem seus objetivos de crescimento, a entidade merece ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 316/95 no 1º turno com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 1995.

Luiz Antônio Zanto, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 346/95

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Dílzon Melo, o Projeto de Lei nº 346/95 visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Deficientes de Boa Esperança - ADEBE -, com sede no Município de Boa Esperança.

Publicado, foi o projeto submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Vem agora a matéria a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, nos termos regimentais.

Fundamentação

Voltada ao atendimento dos portadores de necessidades psico-pedagógicas especiais, a ADEBE propicia tratamento, educação e habilitação à criança excepcional.

Para o cumprimento de seus objetivos, a instituição vem desenvolvendo uma série de atividades junto à comunidade, com vistas a assegurar o ajustamento social e o bem-estar do excepcional em seu ambiente.

Pelas atividades desenvolvidas, a entidade merece ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelos motivos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 346/95 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 1995.

Jorge Hannas, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 277/95

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

A proposição em análise, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, tem por escopo declarar de utilidade pública o Conselho Central de Poços de Caldas da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de Poços de Caldas.

Aprovado o projeto no 1º turno, sem emenda, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, em cumprimento dos trâmites regimentais.

Fundamentação

Evidencia-se claramente o caráter social da entidade em questão, que prioriza as atividades de assistência às pessoas carentes da comunidade local.

A outorga do título declaratório de utilidade pública virá, por certo, facilitar a luta da instituição para concretizar seus ideais.

Conclusão

Em virtude do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 277/95 no 2º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 1995.

Marco Régis, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 29/8/95

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 30 de agosto Contagem comemora 84 anos de sua independência administrativa. Em função dessa data,

gostaríamos de pontuar alguns fatos da história passada do Município de Contagem e algumas questões recentes que dizem respeito à vida do município.

Inicialmente, o Arraial de São Gonçalo da Contagem tem registro dos mais antigos, de agosto de 1716, que caracteriza aquela região como um posto fiscal, onde se tributavam as cargas, os negros escravos e outros bens e utensílios, que vinham para as cidades de Sabará, Vila Rica, Ouro Preto e Curral Del-Rei, Belo Horizonte.

Importante é que, nesses anos todos da história política do Município de Contagem, vimos um passado com uma riqueza cultural muito grande, onde as famílias tinham um papel preponderante na direção dos destinos do lugar. Isso começa a mudar a partir do ano de 1950, com a criação da Cidade Industrial Juventino Dias, em que a realidade desse município deu um salto enorme, aumentando a população, num intervalo de 20 anos, em cerca de 10 a 15 vezes.

Convivemos com a nova realidade do município. Num trabalho publicado há seis anos atrás, centrado na questão da educação, dizemos claramente que a população de Contagem, de menos de 100 mil habitantes no início da década de 70, atinge, hoje, mais de 500 mil habitantes.

É evidente que esse crescimento populacional desordenado e vertiginoso vai gerar graves problemas na vida urbana do município, como: grande número de favelas (cerca de 50) e 120 mil favelados; 60% da população sem rede de esgoto (o centro de Contagem possui uma carência exagerada de moradias, com milhares de sem-casa ocupando apartamentos do Sistema Financeiro de Habitação); transporte ineficiente, principalmente nos bairros mais carentes e distantes; loteamentos irregulares, pois o município, até hoje, não possui uma lei de uso do solo; grande especulação imobiliária; quadro de desemprego e de miséria.

O Vereador do PT em Contagem Rubens Campos, há três anos atrás, bem sintetizou essa realidade, dizendo, textualmente: "Contagem é uma cidade rica de um povo pobre. A fábrica contrasta com a favela; o asfalto com a poeira; o Eldorado com a Nova Contagem; a arrecadação altíssima com a Prefeitura falida e com vários pedidos de intervenção".

Portanto, essa Contagem, plantada desde o ano de 1716, vem convivendo, em sua história política, com esses graves contrastes. A situação chega perto do caos e do desespero. Temos, em nossas mãos, cerca de 270 títulos de protestos, recentes e antigos, contra a Companhia Urbanizadora de Contagem; cerca de quase o mesmo número contra a Prefeitura do Município de Contagem; e, hoje, quase 35% do ICMS, que representa 80% da arrecadação do município, fica retido para pagamento de dívida contraída pelo ex-Prefeito Ademir Lucas. Há poucos dias, registramos dessa tribuna que o pagamento dos servidores do município está sendo feito com atraso de até 16 dias, como foi no último mês. A par disso, como se Contagem vivesse no paraíso, estamos vendo publicidades e mais publicidades do município na comemoração dos seus 84 anos. As inaugurações se acumulam, dando a impressão de que são obras novas que estão sendo feitas no município, quando, na verdade, estão maquiando antigas obras, maquiando inaugurações já anteriormente inauguradas.

O que nos traz, hoje, à tribuna, por ser algo que agride a nossa consciência, enquanto políticos do Município de Contagem, é a inauguração da denominada Avenida Ipirapitanga, no citado município. Estão sendo colocadas faixas no município convidando a população para a inauguração dessa avenida, a Ipirapitanga. É bom que se diga que essa avenida já existe há mais de 10 anos. Mas, lamentavelmente, a Lei Municipal nº 1.866, de 7/1/88, deu denominação à Avenida Ipirapitanga, no Bairro Ponte Grande, em Contagem, como Avenida Prefeito Gil Diniz. Além de desconhecer esse fato fundamental, a administração, à revelia da lei, sem consulta aos Vereadores, muda uma lei municipal, retomando o antigo nome da avenida. O que mais nos agride, de certa forma, é que tentaram desconhecer que essa avenida possui o nome de um ex-Prefeito do Município, Gil Diniz, que governou o município de 1959 a 1963. Portanto, queremos, desta tribuna, repudiar tal atitude, tal ação da Prefeitura de Contagem, que, através de seu Prefeito Altamir Ferreira, vem desconhecendo uma lei municipal e, de certa forma, a grande contribuição que o ex-Prefeito Gil Diniz, hoje falecido, deu ao município, e este, por justiça, deu nome à avenida. Filho desse Prefeito, também de nome Gil Diniz, foi Presidente da Câmara Municipal de Contagem, e sua família tem, desde o século XVIII, contribuído para o crescimento do Município de Contagem.

Vemos nesse fato uma visão muito pequena e restrita daqueles que hoje dirigem o Município de Contagem, querendo apagar da memória do povo, querendo apagar da consciência de todos a grande contribuição que esse Prefeito deu para o desenvolvimento e para o progresso de Contagem.

Hoje, além de registrarmos a comemoração dos 84 anos de Contagem, gostaríamos de registrar também a farsa que está sendo feita por meio da imprensa - quando temos uma Prefeitura totalmente falida e à beira de um verdadeiro colapso - vendendo a imagem de que ali são realizadas grandes obras.

Nesta oportunidade, gostaríamos de manifestar a nossa solidariedade à família do ex-Prefeito Gil Diniz, que contou com a grande insensibilidade do atual Prefeito, que,

procurado por essa família para que reparasse o erro - pois a Lei Municipal nº 1.866, que denomina a nova avenida, é muito clara -, não acatou tal orientação e, à revelia, está preparando a inauguração de uma avenida já existente e modificando o próprio nome dessa avenida.

Esperamos que em Contagem haja pessoas sérias na Câmara Municipal, a fim de que evitem que tal violência seja cometida. Esperamos também que haja consciência por parte do povo, para que ninguém compareça à tal farsa para concordar com essa violência.

É necessário resgatarmos a memória do município e a contribuição daqueles que, de alguma forma, permitiram que Contagem chegasse até hoje não como símbolo de corrupção, mas como símbolo do progresso, da dignidade do seu povo, da seriedade de uma população que constrói a riqueza do município, apesar de viver em situação de verdadeiro abandono por parte de parcela de sua classe política. Muito obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de passar aos dois assuntos que me trouxeram a esta tribuna, gostaria de fazer um comentário sobre uma entrevista realizada com o ex-Senador Murilo Badaró, ontem, à noite, quando ele se dizia decepcionado com a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em virtude da ausência de oposição nesta Casa, cobrando do PT e dos partidos coligados uma ação mais incisiva a esse respeito.

Gostaria de dizer que, com relação à conduta pessoal do Governador Eduardo Azeredo, não temos nenhum comentário a fazer, por se tratar de uma pessoa íntegra na sua vida profissional e política, até hoje. Com relação aos atos políticos praticados por ele, esta Casa já entrou madrugada adentro discutindo projetos e promoveu audiências públicas sobre assuntos relevantes para a sociedade, como foi o caso da 381 e daquelas bombas, cuja autoria não foi apurada até hoje.

Fiquei perplexo, porque, enquanto o Presidente do meu partido, o Governador Miguel Arraes, estava exilado no exterior, enquanto Lula estava enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o ex-Senador Murilo Badaró era um servidor fiel da ditadura, foi Senador biônico. Fiquei perplexo também porque, neste momento, ainda que inexista oposição nesta Casa, o ex-Senador não é a pessoa mais indicada para levantar tal questão, pois, naquela época em que o Brasil mobilizava todos os patriotas e seus melhores filhos para combaterem a ditadura, ele estava servindo a essa mesma ditadura.

Sr. Presidente, gostaria de fazer duas leituras. A primeira é a seguinte. (- Lê:)

"É simplesmente inacreditável que o Colégio Dom Silvério, criado e mantido pelos Padres Maristas, esteja perseguindo os professores que participaram da paralisação das atividades no dia 24 de agosto, quarta-feira passada, decidida em assembléia-geral da categoria.

Mas, infelizmente, é isso o que está acontecendo: o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - SIMPRO - informa que o Dom Silvério demitiu três de seus melhores, mais capazes e mais populares professores e proibiu a entrada de diretores e delegados sindicais.

A atitude do Colégio Dom Silvério reflete um autoritarismo que não tem mais lugar em nossa sociedade, dez anos depois de extinta a ditadura militar. Ao demitir professores que participaram de uma greve justa e legal e impedir a presença do sindicato, além de afrontar os professores e sua entidade de classe, o Colégio passa por cima de direitos fundamentais como a livre organização sindical e de greve, assegurados pela Constituição de 1988.

Rasgar a Constituição não é o que se espera de um colégio confessional como o Dom Silvério. Não se pode admitir que um colégio subsidiado pelo poder público, com total isenção de impostos, desrespeite direitos constitucionais, ainda que seja um dos maiores, melhores e mais tradicionais educandários do Estado.

Se o colégio atropela, na sua política interna, a Constituição Federal, como esperar que aos seus alunos ele ensine cidadania e o respeito à lei fundamental?

Apresento aqui meus protestos pessoais e os das Executivas Municipal e Estadual do PSB."

Sr. Presidente, gostaria de passar a ler uma carta ao ex-Presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, a qual estou encaminhando também ao Governador Miguel Arraes, Presidente do PSB. (- Lê:)

"Prezado senhor, vejo-me na obrigação de vir à presença do companheiro conclamá-lo, na qualidade de uma das maiores expressões das forças de esquerda em nosso País e de Presidente histórico do PT, a se empenhar vigorosamente na defesa da estrutura produtiva nacional. Essa estrutura está ameaçada pela política econômica do Governo federal, responsável pelo fechamento de milhares de empresas e de postos de trabalho nos últimos meses; responsável, também, pelo aumento de cerca de 520% do número de concordatas.

Sei que, provavelmente, o companheiro ficará surpreendido com esta solicitação. Sei, também, que o companheiro está mais afeto à defesa dos interesses dos trabalhadores do que das empresas. Considero imperativo, no entanto, encaminhar-lhe esta

solicitação. Estou convencido de que a quebraadeira geral que tenho presenciado, em Minas Gerais e no Brasil em geral, mais nos afasta dos objetivos que, nós, homens de esquerda, historicamente perseguimos, do que deles nos aproxima.

Considero que não há como continuar nossa pregação pela redistribuição da renda nacional, quando ela se esvai na inviabilização das atividades produtivas. Não há como advogar políticas sociais mais abrangentes e de assentamentos na área rural, quando a geração de maiores receitas públicas é comprometida pela quebraadeira geral e pelo enfraquecimento das unidades de produção industrial, agrícola e de serviços.

A defesa vigorosa das empresas é tão mais necessária quando se percebe que a estrutura produtiva nacional está entregue à sua própria sorte. As forças conservadoras, nossas antagonistas políticas, não fazem mais eco às aspirações de seus representados. Por mais paradoxal que possa parecer, essas forças constituem, neste momento, o próprio carrasco de seus antigos representados.

Em nome de uma pretensa modernidade, de um projeto político-econômico retrógrado, da ilusão neoliberal criada nos países capitalistas centrais, as forças conservadoras não hesitam em liquidar as próprias classes proprietárias, cuja defesa dos interesses foi, até pouco tempo, a razão histórica de sua existência.

O mais irônico de tudo isso é que a extinção em curso é feita em nome de valores caros ao próprio conservadorismo. A criação de melhores condições para o exercício da iniciativa individual, a competição, o livre mercado, a inserção na economia mundial tem sido, na prática, nada mais do que um pretexto para se liquidarem as atividades produtivas e as classes que historicamente professam fé nesses valores.

Assim, por entender que só a esquerda tem, agora, força moral para salvar a empresa nacional e que as atividades produtivas só podem contar com a nossa ação política para continuar cumprindo a sua finalidade social é que reafirmo o apelo ao companheiro para que assuma essa causa e nela engaje os setores nos quais tem liderança.

Tenho certeza de que, nesta conjuntura histórica, a defesa das empresas, da sobrevivência da produção, não é incompatível com o projeto que temos para o País. Até mesmo porque, para se pensar em dividir mais justamente a produção, é preciso que ela continue existindo.

O Deputado Glycon Terra Pinto - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: "Amái-vos uns aos outros como eu vos tenho amado". A meta fundamental do cristianismo está aí resumida. Deus, através de seu filho, quer salvar a humanidade e, para isso, indica o caminho da comunhão, da harmonia ativa para promover a refeição comum. E o homem tem de assumir esse desafio, sendo instrumento de Deus para consagrar o amor fraternal.

A Visão Mundial, organização humanitária cristã, é uma entidade com fins filantrópicos e atuação em nível mundial. Trata-se, pois, de um eficiente instrumento de ação no cumprimento da Palavra de Deus. Seus projetos, aplicados ao longo do tempo em todos os continentes, abrangem prioritariamente as áreas de saúde, educação, agricultura e produção de alimentos e programas para geração de renda. Além disso, desenvolve trabalhos em todos os aspectos dos direitos humanos e em defesa da natureza.

Ela está presente em 101 países, levando a efeito ação em favor de 30 milhões de pessoas, através de 5.200 projetos, voltados para comunidades empobrecidas da Ásia, da África e das Américas.

A Visão Mundial é, pois, o instrumento de uma igreja que se importa em levar as pessoas a terem uma vida digna, compatível com o Evangelho de Deus. Suas metas fundamentais refletem a preocupação com o progresso social, com o resgate da cidadania plena e da dignidade cristã. Para alcançá-las, busca o fortalecimento de lideranças sadias e o desenvolvimento auto-sustentado das comunidades e procura dar apoio integral à criança e ao jovem, à educação e a programas afins, para promover a reabilitação das "ovelhas extraviadas".

Observemos como são diferentes uma criança bem alimentada e outra mal nutrida. Alimentos adequados, ministrados na ocasião oportuna, produzem resultados positivos no desenvolvimento integral desses pequenos seres.

O trabalho da Visão Mundial e as posições por ela assumidas publicamente contra a pobreza, a violência e a exploração do ser humano têm sido reconhecidos por organizações governamentais e civis do mundo inteiro, em decorrência dos resultados altamente positivos em prol das crianças e jovens.

Em conseqüência desse reconhecimento, ela se integra cada vez mais na vida das comunidades onde atua, participando de organismos os mais variados que buscam a defesa da qualidade de vida, tais como os Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes, do Fórum Global das ONGs (Organizações Não Governamentais) e da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), realizada no Rio de Janeiro.

"Bem-aventurado aquele que teme ao Senhor e anda nos seus caminhos. Do trabalho de tuas mãos comerás, feliz serás e tudo te irá bem" (Salmo 128:1,2). A Visão Mundial, por sua ação humanitária, tem proporcionado a muitos jovens a possibilidade de ter um

lar dentro dos padrões desejados por Deus. Seus membros sabem que amar não é apenas gostar: é muito mais, pois significa se dispor a edificar o que há de melhor para o bem do próximo.

No Brasil, onde foi introduzida oficialmente em 22/8/75, a Visão Mundial tem uma bela obra de fraternidade cristã, que documenta a eficácia de sua ação. Atualmente, essa entidade apóia 321 projetos, distribuídos por 22 Estados da Federação, através dos quais beneficia aproximadamente 600 mil pessoas.

Projetos assistenciais têm sido implantados, com resultados plenamente satisfatórios. Crianças que, possivelmente, em futuro próximo, estariam condenadas a engrossar os tristes bandos de meninos de rua que perambulam pelas esquinas das grandes cidades foram resgatadas desse ingrato destino e levadas para creches bem aparelhadas, para serem sustentadas e criadas em consonância com o amor fraternal que pregou Jesus. Jovens têm sido alfabetizados e encaminhados para escolas especializadas, onde aprendem uma profissão digna, dando passos firmes para virem a ser cidadãos úteis. Milhares de pessoas das camadas sociais humildes contam com assistência médica, dentária, jurídica, graças à ação proporcionada pela Visão Mundial, e estão, hoje, repletas de perspectivas, praticando desportos, alimentando-se convenientemente e se educando para servir a seu país e à humanidade, contribuindo para uma comunhão mais estreita entre os homens.

Podemos dizer que vivemos num País democrático. Mas a democracia só pode se consolidar e amadurecer se a sociedade formar uma juventude sadia, culta e ciosa dos direitos e deveres. O verdadeiro cidadão é aquele que luta por seus direitos com a convicção de que o seu próximo deve ter as mesmas oportunidades que ele, para que reine o princípio da justiça e a fraternidade cristã.

Assim, o bom cidadão é mais que aquele que simplesmente respeita as leis e as autoridades constituídas: é aquele que busca o bem comum. A Palavra de Deus nos diz, através do Salmo 33:12: "Feliz a nação cujo Deus é o Senhor".

A ação da Visão Mundial contribui para formar o brasileiro autêntico. Feliz a nossa Nação por contar com o seu trabalho em prol de nosso povo. O Brasil precisa da ação dos servos de Deus, pois "é Deus quem põe reis e tira reis; Ele institui autoridades".

Parabenizamos, pois, a Visão Mundial, por seu grande papel filantrópico e humanitário, e agradecemos-lhe pelo que tem feito em favor de nosso País e de nosso povo.

O Deputado que este subscreve requer de V. Exa., na forma regimental, seja inserido em ata de nossos trabalhos um voto de congratulações com a seção brasileira da Visão Mundial, por seus 20 anos de vitoriosa atuação no Brasil, ao longo dos quais beneficiou mais de 3.500.000 pessoas com sua ação assistencial contra a pobreza, a violência e a exploração do ser humano.

Requer, ainda, que desse voto seja dada ciência à organização mencionada, através de seus representantes no Brasil, os Srs. Ivênio dos Santos, Presidente; Valdir Raul Steurnagel, Vice-Presidente, e Sergem Jessui Machado da Silva, Diretor Associado de Programas de Desenvolvimento; a Sra. Maria Luíza Ruckert, 1ª-Secretária; os Srs. Ditimar de Souza Brito, 2º-Secretário; Dídimo de Freitas, 1º-Tesoureiro; Silas E. de Oliveira, 2º-Tesoureiro; Adriel de Souza Graeme Irvine, Manfred Grellert e Jim Canning, Vogais, na Caixa Postal 848, Belo Horizonte, CEP 30161-970.

O Deputado Almir Cardoso - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos presentes na galeria, imprensa, gostaríamos de falar, inicialmente, sobre o Grito dos Excluídos, evento promovido pela Pastoral Social da CNBB. No dia 7/9/95 seus participantes vão se pronunciar em todo o território nacional.

Vamos passar à leitura de um manifesto, incluído na programação do Grito dos Excluídos, assinado pela CUT de Minas Gerais, pela FETAEMG, pelo MST, pela Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, pelo CIMI, pela Cáritas Arquidiocesana, pela REDE e pelo SINTER. (- Lê:)

*"A política econômica que tem sido levada pelos últimos governos (neoliberal), cada vez mais tem beneficiado uns poucos e deixado de fora a grande maioria, excluindo milhões de brasileiros de uma vida digna. No campo, essa exclusão atinge os sem-terra, os posseiros, acampados e assentados, que lutam por uma reforma agrária que não sai do papel. Também os pequenos produtores rurais estão excluídos da política agrícola dos Governos, que está voltada para os interesses dos empresários e fazendeiros. Os assalariados rurais não têm seus direitos trabalhistas e sociais respeitados, chegando aos casos extremos de exclusão com o trabalho escravo e a exploração de milhões de crianças por empresas e "gatos", como foi constatado recentemente nas carvoarias do Norte de Minas pelo próprio Ministério do Trabalho. As mulheres do campo não são reconhecidas como trabalhadoras e tem sua cidadania desrespeitada. Também os índios vivem a exclusão da falta de terra e de vida digna, mas principalmente são vítimas do preconceitos que não entendem o seu modo de vida diferente.

Nos últimos dias, a exclusão no campo foi violentamente manchada de sangue com o

massacre de trabalhadores rurais na Fazenda Santa Elina, em Rondônia, resultando em 11 mortes e no desaparecimento de dezenas de outras pessoas, além de cenas de espancamento, tortura e violência promovidas pela Polícia Militar daquele Estado. Mas esse não é um caso isolado. Conflitos de terra naquela mesma semana resultaram na morte de 4 posseiros no Pará e no assassinato de um trabalhador rural na Paraíba, bem como de outros tantos feridos, numa escalada de violência promovida pela própria polícia e pistoleiros, e ainda no Mato Grosso os conflitos envolveram os índios caiapós e proprietários de fazendas próximas à reserva.

A violência e a exclusão não acontecem apenas no campo, mas atingem muitos setores da sociedade brasileira e possuem muitos rostos: os sem-casa, os meninos de rua, os desempregados, as mulheres, os negros, os homossexuais, os deficientes, os idosos, os drogados e alcoólatras, as prostitutas, os doentes, os aidéticos e tantos outros que sofrem com a dura realidade de nosso País.

Frente a tantos sinais de exclusão e morte, as Pastorais Sociais da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), propuseram a realização do Grito dos Excluídos, recebendo o apoio da CUT, do Movimento dos Sem-Terra e de várias entidades importantes de todo o País.

Grito dos Excluídos quer chamar a atenção para a necessidade urgente de mudar as prioridades da política brasileira, colocando a vida em primeiro lugar, e não, o lucro, propondo a distribuição da terra e da riqueza, uma economia que gere mais empregos e atenda às necessidades da população; políticas públicas para saúde, educação, moradia e boas condições de vida para todos; participação popular nas decisões do País e igualdade de oportunidade para todos. O dia 07 de setembro foi escolhido para essa mobilização, que vai acontecer em diversas cidades de Minas e do Brasil.

As entidades que atuam no meio rural em Minas Gerais resolveram se juntar no esforço de realização do Grito, convocando todos os excluídos do campo a participar dessa grande mobilização nacional, participando ou organizando o Grito dos Excluídos aí no seu município ou região. Também estamos convidando os representantes dos sindicatos, associações, assentamentos, acampamentos, comunidades rurais, grupos de mulheres, povos indígenas, etc., a participar da nossa mobilização estadual de indignação frente a recente onda de violência no campo.

No dia 06 de setembro, vamos entregar um Dossiê ao INCRA e ao Governador de Minas denunciando a situação de exclusão e violência no campo e cobrando as respostas das reivindicações apresentadas no Grito da Terra, como forma de evitar que não se repita aqui o que aconteceu em Rondônia e outros estados. Na noite do dia 06/09/95, faremos uma vigília contra a violência e a exclusão, exigindo a punição dos culpados e a distribuição da terra, onde pretendemos contar com o apoio de amplos setores da sociedade e no dia 07, vamos nos somar às manifestações previstas pelo Grito dos Excluídos em Belo Horizonte e no interior do Estado."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é muito importante que a CNBB, ao organizar o Grito dos Excluídos, mostre a toda a sociedade brasileira que a última eleição para a sua direção não vai realmente inviabilizar a atuação social e política da entidade, que tem contribuído enormemente para a busca de soluções do grave problema social. Que a luta pela justiça social possa sempre caracterizar a ação da CNBB é o nosso voto. Estamos trabalhando junto às pastorais sociais para que essa posição seja permanente na atuação da CNBB.

Gostaríamos de relatar a nossa audiência com o Sr. Governador do Estado, na quarta-feira da semana passada, quando, fazendo coro às entidades que atuam no campo, fomos levar-lhe a nossa preocupação com as áreas de conflito pela posse da terra, que vêm crescendo no nosso Estado. Levamos, em especial, a preocupação com a Fazenda Tabocas, em Unaí, área de conflito onde há várias famílias acampadas e, também, com a Fazenda Matão, em Urucuaia. Fomos mostrar ao Governador que, infelizmente, a Superintendência Estadual do INCRA em Minas Gerais tem andado completamente a reboque do movimento. Não existe nenhum planejamento e, se não fosse a ação de órgãos da sociedade civil para mobilizar não só o INCRA mas também outros órgãos do Estado, responsáveis pela condução da política agrária, a reforma agrária, em Minas Gerais, estaria andando a passos extremamente mais lentos do que está.

Gostaria de fazer uma reparação. O jornal "Estado de Minas", na edição de domingo passado, traz uma página inteira sobre a situação dos posseiros da Fazenda Matão, em Urucuaia. Mostra, em sua reportagem, "Preparados para a Guerra", a posição dos posseiros que lutariam até a morte para impedir o despejo pedido pelo Banco do Brasil. Hoje, o "Estado de Minas", após a manifestação da FETAEMG, com algumas correções na matéria apresentada na edição de domingo, traz uma nova reportagem, que fala da negociação, em pé de guerra, em Urucuaia. Ela mostra que a posição do Banco do Brasil não é a de impedir que se concretizem as negociações encaminhadas pelo INCRA nacional. Queremos reafirmar que quem tomou todas as iniciativas para viabilizar a negociação da Superintendência Estadual do Banco do Brasil, negociação que, hoje, está circunscrita à direção nacional do Banco, foi a FETAEMG, o movimento. O nosso

mandato teve a honra de contribuir para desencadear o processo de negociações. No dia 2/8/95, conseguimos audiência com o Superintendente Estadual do Banco do Brasil, Sr. Wagner Gomes, e gostaríamos de registrar que ele, sensibilizado, compreendendo a dimensão social e humana que uma atitude do Banco do Brasil poderia considerar, prontamente se mostrou disposto a abrir negociações e interromper o mandado de imissão de posse que estava em vias de ser executado pelo Juiz da Comarca de Arinos. Isso foi na sexta-feira. Conseguimos o adiamento do cumprimento do mandado que seria executado no sábado para o dia 22, quando, juntamente com o INCRA nacional, tentamos concretizar as negociações e, já na terça-feira, em contato com o INCRA nacional e com a diretoria do Banco do Brasil, conseguimos a suspensão por 60 dias, até que se faça a negociação concreta para resolver a situação da Fazenda Matão, em Urucuaia.

Gostaríamos de registrar que, infelizmente, o que tem feito a Superintendência Estadual do INCRA trabalhar são as ações do movimento e das pessoas interessadas em viabilizar a reforma agrária no Estado e no País. Muito obrigado.

* - Publicado de acordo com o texto original.

O Deputado Paulo Schettino - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, demais pessoas presentes nas galerias, imprensa; não poderia deixar passar despercebidas duas datas de aniversário de morte dos dois maiores Presidentes da nossa República. Refiro-me a Getúlio Dorneles Vargas, que morreu de forma trágica, em 24/8/54, e Juscelino Kubitschek de Oliveira, que morreu em 22/8/76, vítima de acidente automobilístico.

Assumindo o Governo Federal em caráter provisório, através de um golpe de força, em 3/11/30, Getúlio Vargas enfrentou, desde o início, sérias dificuldades para dirigir a Nação, em virtude das posições inconciliáveis dos seus parceiros do movimento revolucionário que o guindara ao poder. De um lado, as oligarquias dissidentes empenhavam-se em que as reformas políticas fossem modestas, com um mínimo de transformações sociais, enquanto, de outra parte, os integrantes do tenentismo propugnavam por mudanças mais profundas e radicais. Os desencontros intestinos se mostraram evidentes, e a desagregação ocorreu rapidamente. A partir daí e em consequência dessa situação, agravada pelo início da crise econômica decorrente da depressão internacional que marcou aquela década, a história do Brasil foi significativamente alterada.

Não é minha intenção, no entanto, deter-me nesse aspecto, já exaustivamente abordado e debatido por estudiosos e pesquisadores do período. Gostaria, apenas, de ressaltar que o Presidente Getúlio Vargas foi, inquestionavelmente, quem deu início a todas as grandes conquistas trabalhistas que o nosso País tem hoje. E o trabalhador brasileiro nunca deixou de reconhecer esse mérito seu, tanto que, após 15 anos de Governo, pelo seu apoio decisivo, foi o grande responsável pela eleição do Gen. Eurico Gaspar Dutra, que o sucedeu. A seguir, recolheu-se, em exílio voluntário, à sua fazenda, em São Borja, RS, de onde foi trazido por seus correligionários para se candidatar à Presidência, tendo como principal adversário o Brigadeiro Eduardo Gomes, a quem derrotou com larga margem de votos. Era a consagração popular, novamente.

Dirigiu os destinos da Nação por mais quatro anos; enfrentou uma oposição ferrenha e impiedosa, que o levou à trágica decisão de pôr fim à vida, legando à posteridade um dos documentos mais importantes da nossa história, a carta-testamento, cuja última frase deve ser relembada com muita emoção: "Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História". Esse foi Getúlio Vargas, o fundador em 15/5/45, do nosso PTB.

Já o Governo do nosso conterrâneo Juscelino Kubitschek teve características inteiramente diversas. Juscelino era o político-síntese. Líder nato, empreendedor, desenvolvimentista, obstinado, enérgico, tolerante, ponderado, de espírito inquieto, perspicaz, dinâmico, otimista, democrata, orador emérito, de grande poder de convencimento, inteligência superior, confiante, patriota, homem do povo, visionário no bom sentido, predestinado. Tantas qualidades num só homem teriam que fazer dele a figura extraordinária do maior Presidente da nossa República.

Após ter sido Prefeito de Belo Horizonte e Governador do nosso Estado, candidatou-se à Presidência da República apresentando como plataforma política um programa de metas (cerca de 30) visando a desenvolver o País: 50 anos em 5. E, em algumas áreas de atividade, superou essa proposta. A sua meta fundamental era a construção de uma nova Capital Federal.

Percebeu, claramente, que a cidade do Rio de Janeiro já se encontrava saturada, defasada, sufocada para responder com eficácia às demandas cada vez maiores de uma estrutura prestadora de serviços públicos que uma sede de governo moderna e dinâmica impunha. Hoje, a visão do estadista, tão combatida à época, está plenamente confirmada. A grandeza de Brasília, cidade festejada e reconhecida como a mais bem planejada do País, é a sua constatação viva.

Mas, concomitantemente à construção da nossa Capital, foi ele implantando as demais metas prometidas, apesar das dificuldades que se lhe antepunham ferrenhos adversários políticos. Criou a SUDENE, objetivando aplicar, no Nordeste, recursos oficiais, em

forma de incentivos, para superar as graves dificuldades em que sempre viveram os brasileiros daquela região. Instituiu o Conselho de Desenvolvimento, órgão controlador da economia nacional, diretamente subordinado à Presidência. Criou os Ministérios da Indústria e do Comércio e de Minas e Energia, a lei orgânica da Previdência Social e determinou o início da pavimentação da Rodovia Rio-Bahia. O seu programa de metas abrangeu os setores de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. Em abril de 1958, apresentou o primeiro automóvel fabricado no Brasil, o DKW-Vemag, com 50% das peças produzidas pela indústria nacional. Ainda nesse ano, inaugurou a ligação rodoviária Brasília-Santos. Foram concluídas, também, as Rodovias São Paulo-Cuiabá e a Fernão Dias, ligando São Paulo a Belo Horizonte.

Viu transcorrer a campanha eleitoral com ordem e tranqüilidade e transmitiu o poder, em 31/1/61, a Jânio Quadros. Nesse mesmo ano, foi eleito Senador por Goiás, com votação consagradora.

Foi cassado em junho de 1964 e se exilou na Europa.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de deixar registrado, nesta egrégia Assembléia Legislativa, para aqueles que aqui hoje comparecem, que se realizou, de 11 a 13 de agosto, na cidade de Caxambu, o I Congresso Estadual de Vereadores e Prefeitos do Estado de Minas Gerais.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa reunião realizada na cidade de Caxambu para tratar de assuntos polêmicos, como a nova legislação eleitoral, como a coincidência de eleições, e o mandato de seis anos, o mandato-tampão e a prorrogação de mandatos de Prefeitos e Vereadores, na verdade, foi um subterfúgio, foi um ato de oportunismo político, que se traduz como um sistema político de acomodação que quer tirar proveitos e vantagens do momento atual.

Essa reunião de Caxambu nada mais foi que um momento de oportunismo, de fisiologismo da grande maioria dos Prefeitos e Vereadores que lá estiveram. E lá estiveram, provavelmente, às custas do dinheiro público, dodinheiro de Prefeituras que se revelam e se mostram em dificuldades financeiras em suas respectivas administrações. Esses Prefeitos e Vereadores lá estiveram para se posicionar pela prorrogação dos seus próprios mandatos.

Causa-me estranheza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o documento que tenho em mãos, assinado pelos Prefeitos e Vereadores que estiveram em Caxambu e dirigido ao Senador José Sarney, DD. Presidente do Senado, em que têm a petulância de dizer o seguinte: "Verifica-se, pois, Sr. Presidente, que a vontade soberana do povo mineiro é chegar à coincidência das eleições em 1998, através de uma emenda que prorogue os atuais mandatos. Dos Prefeitos, 89,97% posicionaram-se pela prorrogação de seus respectivos mandatos; 5,01% dos Prefeitos e Vereadores, pelo mandato de seis anos, a partir das próximas eleições; 3,17%, contra a coincidência e apenas 0,79% pelo mandato-tampão".

Estou aqui para denunciar a Minas Gerais esse embuste, esse engodo que foi promovido e realizado em Caxambu, por Prefeitos e Vereadores deste Estado, na tentativa de pressionar o Congresso Nacional para a prorrogação de seus mandatos, desrespeitando a democracia e a Constituição de 1988.

Quero lembrar ao povo brasileiro e aos mineiros que essa história é antiga. Trata-se de um filme muito velho. No Governo Militar de 1964, tivemos um período em que se prorrogaram mandatos de Prefeitos para que houvesse a coincidência de mandatos. E, em 1982, tivemos mandatos de seis anos para pôr fim a essa coincidência.

Vivemos às custas de casuísmos. Só que, dessa vez, os Prefeitos e Vereadores que estiveram em Caxambu foram muito longe, porque não estamos mais no período militar; estamos no período democrático, sob a égide de uma Constituição feita e chamada de Constituição Cidadã. Essa Constituição determina mandato de quatro anos. Essa história de coincidência é muito manjada, é muito fajuta, porque sabemos que ela não funciona da melhor maneira.

Uma coincidência de eleições vai puxar o eleitorado de acordo com o candidato a Presidente da República, vai monopolizar as eleições para Presidente da República, quando cargos importantes como os de Vereadores, Prefeitos e Deputados ficarão à margem dos acontecimentos.

Gostaria de dizer, para terminar, Sr. Presidente, que, na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, aprovada na semana passada no Congresso Nacional, vemos que "tudo continua como d'antes no quartel de Abrantes" ou que "nada de novo existe no Reino da Dinamarca", como diz a célebre frase de autor famoso. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos não trouxe nada de novo, nem na questão da fidelidade partidária, nem na questão da prorrogação de mandatos. Isso vem frustrar muita gente. Sentimos que não houvesse um aperfeiçoamento na legislação, mas, ao mesmo tempo, ficamos satisfeitos porque os pequenos partidos poderão continuar sobrevivendo para mostrar que pequenos partidos podem chegar a ser grandes.

Finalizando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de fazer uma menção a três Prefeitos da minha região: o Prefeito Nicanor Mendonça Filho, da cidade de Bom Jesus da Penha, o Prefeito José Romualdo Cronemberger, da cidade de Carmo do Rio Claro, e o

Prefeito Hipólito Faloni, da cidade de Alterosa, que há muito vinham se posicionando contra a prorrogação de mandatos. A esses três Prefeitos, fiéis depositários da democracia brasileira, a minha homenagem. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou favorável ao veto dado ao projeto, lembrando que recebi hoje, em meu gabinete, a visita do Delegado titular do Serro, Dr. Donizete Ferreira de Resende, que me trouxe um problema que mostra bem o desaparelhamento administrativo dos órgãos estaduais no interior. A Delegacia do Serro atende cerca de 35 mil moradores, contando com os habitantes de Alvorada de Minas, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Presidente Kubitschek. Entretanto, vem fazendo seu trabalho quase que artesanalmente. O Dr. Donizete me pediu um computador para a delegacia, para agilizar os trabalhos. E, em uma segunda etapa, a instalação de um equipamento mais completo, que possa servir de suporte para instalação do serviço "on line" com a Secretaria de Segurança. Tal serviço permitirá a emissão de carteiras de identidade, de atestados de bons antecedentes, pesquisa de furto de veículos, de estrangeiros e turistas e transferência de veículos. Ou seja, vai facilitar a vida de muita gente que precisa se deslocar até Diamantina, a 90 quilômetros, onde está a regional da Secretaria de Segurança Pública. Independente do pedido do Delegado, eu acho que o Serro merece esse serviço. É uma cidade histórica, que recebe muitos visitantes, até mesmo estrangeiros, necessitando, portanto, de maior agilidade nos serviços policiais. Já fiz o pedido para a Secretaria de Segurança e recebi a informação de que há um projeto de informatização das principais delegacias do interior. Mas não é um processo para curto prazo.

É por isso que venho a esta tribuna para pedir que todos os senhores se empenhem junto ao Governo, porque só uma ação política conjunta permitirá que o planejamento saia do papel.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que, em visita à Secretária de Educação, fizemos um pedido para que seja implantada a informatização nas escolas estaduais e já obtivemos a promessa de que, até o final do ano todas as escolas com mais de 20 turmas, em todas as cidades, receberão um computador para facilitar a vida dos nossos estudantes. Sabemos que só a educação poderá melhorar o futuro de nosso País. Embora muitos de nós, Deputados, possamos pensar que não tem mais jeito para o nosso Brasil, creio que temos a obrigação de seguir em frente, enfatizando a educação, na tentativa de proporcionar dias melhores para nossos descendentes.

Hoje, na parte da manhã, recebemos, nesta Casa, o Presidente da Fundação Clóvis Salgado e a Secretária de Cultura, nesta Casa, o Presidente da Fundação Clóvis Salgado e a Secretária de Cultura, Dr^a Berenice, que expôs a situação da Orquestra Sinfônica do Palácio das Artes. A Orquestra encontra-se sucateada, sem recursos, e, sendo um patrimônio do povo mineiro, penso que esta Casa deve se empenhar, na sua totalidade, em resolver o problema com a maior urgência.

Podemos nos mirar no modelo da cidade de Porto Alegre, cuja Orquestra já é administrativamente independente e que pode, inclusive, pleitear patrocínio da iniciativa privada.

Portanto, Sr. Presidente, conto com o apoio de todos os Deputados desta Casa.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, temos que parabenizar o Deputado Toninho Zeitune por essa iniciativa. s com mais de 40 anos não conseguem emprego em lugar nenhum. Existe uma discriminação muito grande. Lembro que cheguei lá, daqui a 10 anos, e com certeza com os mesmos problemas.

Também a terceira idade sofre com essa discriminação. Devemos aproveitar as experiências das pessoas com mais idade para ensinar os jovens. Encontramos também nesta Casa, essa discriminação. Por exemplo: aqui não pode ser admitido funcionário com mais de 70 anos. Tenho muitos amigos com essa idade em plena condição de trabalho.

Precisamos dar oportunidade para essas pessoas. Vários Deputados já tentaram admitir advogados e jornalistas, mas por causa da idade não conseguiram. Esta Casa tem que começar a dar o exemplo de que a terceira idade também tem valor neste País.

70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 30/8/95

O Deputado José Bonifácio - Sr. Presidente, o TRE-MG, ontem, houve por bem decidir sobre a emancipação de vários municípios em Minas Gerais. Determinou a data de 22 ou 23 de outubro para a realização do plebiscito solicitado por esta Casa.

Sr. Presidente, a questão é que o TRE-MG examinou apenas o aspecto do número de eleitores, não adentrando no mérito dos pedidos.

Alguns municípios foram alijados do plebiscito, e foi determinada a sua realização, na data marcada, em vários outros municípios mineiros.

Mas, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, a decisão do TRE-MG foi uma homenagem "sui generis" ao Poder Legislativo. O Tribunal reconheceu, de plano, como preliminar, que todos os processos estavam rigorosamente em dia e de acordo com a lei. Não foi preciso nem examiná-los. Foi uma homenagem que recebemos, e devemos não só respeitar, mas, também, agradecer ao Poder Judiciário.

Todavia, Sr. Presidente, estou um pouco assustado, porque, também de maneira inusitada, nossa douta Comissão de Assuntos Municipais, há dias atrás, decidiu enviar aos Prefeitos mineiros um requerimento para que ratificassem ou retificassem suas informações sobre o número de casas dos respectivos municípios. Essa foi uma decisão daquela Comissão, tomada por unanimidade, a partir de substitutivos apresentados.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, representantes da imprensa, visitantes, hoje, pela manhã, tivemos o prazer de assistir a uma entrevista que o Deputado Kemil Kumaira concedeu a uma emissora de televisão desta cidade e, em rápidas palavras, ele enfatizou a situação difícil por que estão passando os Prefeitos Municipais das regiões do Jequitinhonha e do Mucuri. Em sua fala, o Deputado Kemil Kumaira disse que praticamente 90% das Prefeituras daqueles vales estão inadimplentes e devem, hoje, cerca de US\$5.000.000,00, dívida já vencida.

Quero ratificar as palavras do Deputado e dizer que estamos fazendo a mesma denúncia desta tribuna, há mais de dois meses. Não só o vale do Jequitinhonha e o vale do Mucuri estão passando por dificuldades, mas quase todas as Prefeituras do Estado de Minas Gerais, mormente as mais pobres, as pequenas, que vivem ou sobrevivem às custas do FPM. Este mês tenho a certeza absoluta de que muitos Prefeitos não poderão sequer pagar o funcionalismo. Andam correndo dos credores e não encontram as portas dos bancos abertas para socorrê-los neste momento difícil.

É necessária uma tomada de posição neste momento, porque, como já disse, mais de 90% dos municípios mineiros sobrevivem à custa do FPM e, nos últimos 90 dias, houve uma queda de mais de 35% na arrecadação dessas Prefeituras. Basicamente, os Prefeitos estão procurando apenas manter as atividades básicas como saúde, educação, funcionalismo - se sobrar dinheiro - limpeza urbana, estradas municipais, merenda escolar, abastecimento de água e, assim mesmo, muitos deles, principalmente os do Norte de Minas, já começaram a fechar as creches existentes e a não honrar o compromisso de manter a merenda escolar das escolas públicas municipais e estaduais. Na nossa região, quando se fala em investimento, o único projeto que está sendo mantido em atividade é o projeto da SUDENOR, através do PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. É a única fonte de recursos que temos para custear algumas atividades e alguns investimentos nos 50 municípios integrantes da área mineira da SUDENE. Tenho uma notícia muito boa: ontem, em Montes Claros, o Vice-Governador Walfrido dos Mares Guia anunciou a garantia de recursos da ordem de US\$150.000,00 para o PAPP-III, que beneficia 50 municípios do vale do Jequitinhonha e da região do Mucuri. É uma notícia que interessa esta Casa. O Deputado Olinto Godinho já vem perseguindo há muitos meses esse objetivo e hoje, através de uma ação política sua e dos demais Deputados, a região do médio e do alto Jequitinhonha e o vale do Mucuri estarão incluídas no PAPP-II e poderão participar desse programa, que é o único de atividade financeira e de investimentos na região norte de Minas, que estará atendendo a esses municípios que V. Exa. e outros Deputados representam tão bem.

Outro assunto, Sr. Presidente, que nos traz, hoje, à tribuna, é uma primeira prestação de esclarecimentos da comissão especial que visitou a área do Projeto Jaíba aonde fomos em companhia dos Deputados Ivo José, Almir Cardoso, Dimas Rodrigues e de um representante da Deputada Elbe Brandão. Estivemos durante os dias 24 e 25, na região do Jaíba, numa reunião extremamente importante, que muito contribuiu para o crescimento e o nível de informações desta Casa legislativa. Posso afirmar que o Projeto Jaíba, na sua primeira etapa, é o melhor exemplo de reforma agrária deste País. Nessa primeira etapa, que vai ser entregue a partir do ano que vem, o projeto completará uma área de 22.685ha, uma produção de 300.000 toneladas/ano, uma arrecadação de US\$150.000.000,00, uma geração de US\$11.500.000,00 de impostos/ano e 40.833 empregos diretos e indiretos. São, hoje, 542 famílias assentadas e, até o ano que vem, serão mais 1.282 famílias em áreas sociais de 5ha. Portanto, é a família do colono, é a vocação do homem para a terra que terá essa premiação. Até o final do ano que vem, teremos cerca de 2.000 famílias assentadas na área do Projeto. Serão entregues ainda 282 áreas empresariais de 20ha. Só para que os senhores tenham uma idéia, nessas 282 áreas empresariais já concorrem cerca de 4.000 pequenos empresários. Há ainda 89 áreas empresariais de 50ha. O Projeto Jaíba II, na sua fase preliminar, já foi iniciado pelo Governo do Estado. Serão ainda mais 20.250ha, com produção de mais 240.000 toneladas/ano, uma arrecadação de mais US\$120.000,00 anuais, gerando mais US\$9.000.000,00 de impostos e mais 36.450 empregos diretos e indiretos.

Um só dado, Sr. Presidente, pode avaliar a extensão e a importância deste projeto. Hoje, cada família assentada na área social, que está plantando, por exemplo, banana, tem recebido, líquidos, R\$1.600,00/ha. Como são 5ha, cada família possui, hoje, uma renda de R\$8.000,00 por mês, com estrutura, com orientação técnica, com orientação do Governo do Estado, da CODEVASF, da RURALMINAS, da EPAMIG, para que possa produzir alimentos que os grandes centros irão consumir a partir de então.

Foram constatados alguns problemas, que não chegam a atrapalhar o projeto. Há, por exemplo, a questão do crédito rural, pois os produtores não têm a posse definitiva da

terra e, por isso mesmo, não estão tendo acesso aos créditos rurais. É necessário, também, que o Governo asfalte, urgentemente, a estrada que liga o Município de Jaíba ao projeto. São 50km e o projeto de asfaltamento desta estrada, anunciado pelo Governador Eduardo Azeredo, irá iniciar ainda este ano. Há a questão das escolas, que precisam de reformas. Há a questão da saúde, da necessidade de medicamentos e, também, o problema da água potável.

Terminei dizendo que foi extremamente proveitosa essa viagem e que, até o final do mês de setembro, estaremos encaminhando à Presidência e aos Srs. Deputados um relatório pormenorizado do melhor exemplo de reforma agrária deste Estado e do País. Muito obrigado.

O Deputado Anivaldo Coelho - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, público aqui presente. No dia 10/8/95, falamos desta tribuna, sobre a possibilidade de os moradores de Cristiano Otoni fazerem barreira na BR-040. Vimos aqui, hoje, para agradecer aos dirigentes do DNER, porque na sexta-feira mesmo foram colocadas as placas, e na quarta-feira seguinte foram instalados os quebra-molas na BR-040. Fica o nosso agradecimento pelas providências tomadas.

Na semana passada, também, foi encerrada, nesta Assembléia, a Comissão que acompanhava o processo de privatização da Cia. Vale do Rio Doce. Entregaremos, amanhã, ao Presidente desta Casa, o relatório final apresentado pelo Deputado Arnaldo Penna, em que ressaltamos algumas providências por ele destacadas. Entre elas, a que consideramos a mais importante é a que sugere se faça uma consulta ao povo para que opine sobre a possível privatização da Cia. Vale do Rio Doce. Quanto ao encaminhamento dessa questão, gostaríamos que esta Casa tomasse algumas providências a respeito.

Outro ponto que queremos abordar, é o que os jornais, de ontem e de hoje, publicaram sobre as demissões na cidade de Nova Lima. Por esse motivo, estamos apresentando um requerimento, que passamos a ler.

- Faz a leitura do Requerimento nº 698/95, de sua autoria, publicado na edição de 2/9/95, cuja justificativa é a seguinte:

"O que motivou o requerimento foi a demissão, pela Mineração Morro Velho S.A., de 600 empregados, nos últimos dias, sob a alegação de ter a empresa tido prejuízos de R\$4.600.000,00 no ano passado, tendo sido demitidos, em 1995, 1.200 empregados.

Sabe-se que a possibilidade de continuar a lavra subterrânea é tecnicamente viável, bastando que haja investimento, em razão dos lucros auferidos durante os 161 anos de exploração.

Esquece-se a empresa dos transtornos sociais decorrentes daquela iniciativa, não considerando os incentivos financeiros, fiscais ou de qualquer outra ordem, oriundos, em última instância, do bolso dos cidadãos contribuintes. Não pode olvidar a empresa a difícil conjuntura econômica atual. Deveria contribuir efetivamente para que não haja demissão de empregados e conseqüente desaquecimento da economia do Município de Nova Lima e adjacências, pela drástica baixa no consumo. Uma empresa que produz mais de 7.000kg de ouro por ano não pode alegar ter prejuízos.

É imperiosa a necessidade de esclarecimentos por parte da secretaria de Estado responsável pelo setor e da própria empresa.

Por tratar-se de reivindicação das mais justas, espera o signatário merecer dos nobres pares a aprovação do requerimento."

Finalizando, gostaríamos de agradecer ao Governador Eduardo Azeredo, que fez declarações à imprensa dando a entender que nosso Estado está entrando em recessão. É o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupamos esta tribuna, nesta tarde, de certa forma, com tristeza, porque temos que conviver, neste Estado, com um Vice-Governador e Secretário de Estado que mais parece um grande terrorista, só que prestigiado.

Hoje, já recebemos vários telefonemas de servidores do Estado preocupados com mais uma declaração, considerada pelo Secretário do Planejamento e Vice-Governador como uma grande e bombástica entrevista concedida em Montes Claros, sobre aquilo de que mais ele gosta, que é, exatamente, torturar os servidores públicos do Estado. No momento em que há um grande movimento neste País contra as demissões, para que, de fato, possamos sair do processo recessivo, como muito bem disse o Deputado Anivaldo Coelho, vemos o Vice-Governador anunciar que o Estado pretende demitir 7 mil servidores. Não podemos admitir nem concordar com isso. Ele vem e faz esse anúncio. Isso, mas, logo depois, o Secretário de Administração, desesperado, diz que não é bem assim, que o Estado não pretende fazer isso e que se estão estudando outras coisas. Não podemos continuar convivendo com esse tipo de coisa. Parece que não temos um Vice-Governador sério, que discute seriamente - inclusive, já o desafiamos a vir aqui, para discutir a reforma administrativa. Ele já ameaçou, dizendo que vai haver atraso no pagamento, que vai modificar o quinquênio e tirar as férias-prêmio. Agora, diz que vai demitir servidores.

Realmente, não dá para aceitar calado e passivo que o Vice-Governador faça discursos

terroristas para intimidar os servidores do Estado, que já recebem mal e, agora, correm o risco de ter o pagamento atrasado. Não dá para entender, não dá para aceitar, e vamos continuar vindo a esta tribuna, todas as vezes que o Vice-Governador praticar esses desatinos. Falamos assim, já que não podemos tecer outros comentários, usar outros vocábulos, o que, também, não é do nosso feitio.

Queremos dizer que é preciso que o Governador do Estado defina quem é que, de fato, fala pelo Estado. Ele não pode permitir que o Vice-Governador viaje pelo Estado e pregue essas idéias terroristas, intimidando os servidores públicos.

Queremos fazer um apelo ao Líder do Governo, Deputado Romeu Queiroz, e ao Líder da Maioria, Deputado Péricles Ferreira, para que possamos fazer uma reunião de Líderes nesta Casa e chamar o Estado para discutir a situação dos servidores públicos estaduais. Queremos, sim, discutir, hoje, a melhoria e a eficiência do serviço público, a melhoria da qualidade do trabalho dos servidores, mas queremos discutir, também, a melhoria dos seus vencimentos, da sua remuneração, das suas condições de trabalho.

Este é o repúdio da Bancada do PT a declarações desse tipo. Para aproveitar, gostaríamos de informar ao Vice-Governador - parece que ele não tem conhecimento disso - que, para demitir servidor, é preciso haver processo administrativo. Ao mesmo tempo, se a pessoa não tiver estabilidade, é preciso ver se, também, não tem competência, a fim de não prejudicar o trabalho que já está sendo desenvolvido. Isto fica claro para nós quando o Governo defende o final da estabilidade no Governo, quando o Vice-Governador Walfrido dos Mares Guia deixa isso muito claro, porque, acabando com a estabilidade, estará legalizado o terrorismo geral. E quem não for amigo do Governador, quem não estiver ligado ao partido do Governador vai para a rua. Esta é a política de modernidade do PSDB, a modernidade que estão apregoando; mas vamos opor-nos a esse tipo de prática. Não podemos concordar com isso.

Espero que as pessoas sérias e os sociais-democratas de verdade do PSDB se oponham e se levantem contra esse terrorismo, contra essa prática. Espero que essa não seja uma idéia generalizada no Governo Azeredo. Muito obrigado.

O Deputado Almir Cardoso - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros das galerias, trago para os senhores o Manifesto de Denúncia do Assassinato do Trabalhador Rural de Tumiritinga. (-Lê:)

*"No dia 25 de agosto passado, foi assassinado o companheiro Geraldo Carlos Ribeiro, acampado da Fazenda Califórnia, cidade de Tumiritinga, pelo capataz Pedro Lourenço, que trabalha na propriedade vizinha à sua área de ocupação. Esta propriedade pertence a Florêncio Vicente, dono de cerâmica e granjeiro. Foram dados cinco tiros, sendo que dois feriram Geraldinho e o último foi dado à "queima roupa" na cabeça.

O patrão do assassino utiliza a água de uma gruta da Fazenda Califórnia por meio de encanamento. Geraldinho precisava também utilizar a água, porém o vizinho colocou empecilhos por não aceitar partilhar água. Entretanto, o acampado achava que não teria problema e ninguém lhe faria mal se canalizasse um pouco da água para sua roça. Na sexta-feira, junto com João Paraíba, trabalhava na canalização, quando no final da tarde aconteceu a tragédia.

Como explicar que alguém mate o próprio vizinho com o qual aparentemente nunca teve qualquer problema. Isso que aconteceu não é um caso isolado, pois fatos como esse já aconteceram várias vezes na história e estão acontecendo hoje em muitos lugares do Brasil. A Fazenda Califórnia foi desapropriada pelo INCRA, em 1988, e até hoje é a causa central que gerou a morte do Geraldinho. Ele era um entre muitos que corajosamente resolveu ocupar a terra ociosa e improdutiva para fazê-la produzir. O INCRA não cumpriu com a devida agilidade sua função. A precariedade da situação atual provoca insegurança e amplia desnecessariamente as tensões sociais no Município de Tumiritinga. O que está entretendo a solução definitiva são as inaceitáveis demoras burocráticas e a inoperância política.

Geraldinho foi um teimoso, que achou que a água era para todos e não podia ser usada somente em benefício de uma pessoa. Foi uma tragédia. Isso tudo aconteceu porque o patrão do assassino queria exclusividade de uma água que nem nasce na sua propriedade. Geraldinho representa o sentimento e a consciência dos que lutam para mudar este País.

Os que assinam este manifesto responsabilizam o INCRA pelo ocorrido e, se ele não resolver o problema, a situação continuará tensa e tragédias como essa poderão acontecer de novo.

Solicitamos providências urgentes das autoridades, no que se refere ao INCRA-MG: assentamento imediato das 140 famílias cadastradas pelo INCRA; ao Dr. Maurício Bastos de Abreu, DD. Delegado de Polícia de Conselheiro Pena: rigor na investigação e apuração do crime; empenho na captura do acusado, Sr. Pedro Lourenço, que se encontra foragido, e investigação do possível envolvimento do Sr. Florêncio Vicente, patrão do acusado.

Ao Governo do Estado: empenho junto ao INCRA para agilizar o assentamento das 140 famílias e junto ao Secretário da Segurança Pública para investigação e apuração do

crime e a condenação dos responsáveis.

- Projeto Jaíba; - Fazenda Tabocas - Unaí - Vistoria pela Polícia Federal; - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tumiritinga; - Associação em Defesa dos Pequenos em Mutirão de Tumiritinga; - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobrália; - Associação Semente da Nova Sociedade de Sobrália; - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares; - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais; - Centro de Assistência Técnica/CAT; - Comissão Pastoral da Terra - CPT-MG; - Mandato do Deputado Estadual Marcos Helênio; - Mandato do Deputado Estadual Almir Cardoso; - Mandato do Deputado Federal João Domingos Fassarella; - Secretaria Agrária - PT-MG."

* - Publicado de acordo com o texto original.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho vindo com freqüência a esta tribuna relatar problemas de conflitos de terras no Estado de Minas Gerais. Temos visto que a tensão tem aumentado e começa a resultar em mortes. Mais uma vez, assistimos a novo ciclo de assassinatos no campo, neste nosso Brasil. Na semana passada, levamos ao Governador essa nossa preocupação, solicitando dele um empenho, não só junto ao INCRA estadual, porque o INCRA estadual sempre alega falta de recursos para incrementar o processo de assentamento no Estado, mas, principalmente, junto ao Governo Fernando Henrique Cardoso, para que as promessas de assentamento de 40 mil famílias saia realmente do papel e para que, aqui em Minas Gerais, os conflitos e as tensões possam ser resolvidos de forma definitiva.

O crime que hoje trazemos ao conhecimento dos senhores envolve a questão do uso da água. Podemos perceber que essa questão está tomando um volume muito grande, porque diz respeito a uma coisa muito importante, que é a produção e o abastecimento. Hoje, em visita à COPASA, fomos informados de que, no Sul de Minas, várias cidades estão com problemas, devido à captação excessiva para irrigação, o que está desabastecendo inúmeras cidades. Percebemos, também, que o Governo está sinalizando na direção correta, na medida em que aprovou convênios e está iniciando a implementação do projeto de gerenciamento e monitoramento das bacias do rio Paracatu e do Verde Grande. Desejamos e queremos acreditar que, a partir dessas duas bacias, o projeto de gerenciamento das outras bacias do Estado de Minas Gerais possa, realmente, ser implementado.

Percebemos que Gurutuba tem um problema semelhante, com relação a desabastecimento em virtude de captação excessiva para irrigação. É salutar que nossa agricultura avance, incorpore novas tecnologias e passe a trabalhar, cada vez mais, com irrigação, mas precisamos também compreender que a falta de um projeto bem equacionado para monitorar o uso racional das águas das bacias hidrográficas de Minas Gerais pode acarretar um desabastecimento e até a própria secagem de vários rios. Muito obrigado.

O Deputado Jorge Hannas - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para fazer um veemente protesto, porque têm ocorrido fatos, nesta Casa, que são absolutamente impossíveis de acontecer em um parlamento livre. As decisões de Plenário, no nosso entendimento, sempre foram decisões soberanas. Não existe, dentro desta Casa, nenhum órgão, nenhuma composição que possa contrariar uma decisão livre e soberana do Plenário. O processo de emancipação do Distrito de Reduto, no Município de Manhuaçu, teve uma votação clara, unânime, sem que houvesse restrição a que esse distrito fosse incluído entre aqueles em que deveria haver consulta plebiscitária. Uma lei ulterior a essa votação do Plenário, que se ateve, apenas, à distância entre os distritos e suas sedes, alterou o projeto de consulta plebiscitária, depois de ouvida a consultoria desta Casa. Deveriam ter se prendido à realidade econômica do distrito, o que é importante. Não concordo com isso e lanço aqui o meu protesto. Faço uma pergunta aos Deputados: as decisões do Plenário são ou não soberanas? Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 30/8/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas

Deliberações da Mesa n°s 1.112 e 1.138, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 1°/9/95, Robert Peter de Freitas do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, com exercício no gabinete do Deputado Geraldo Rezende;

exonerando Márcia Cristina do Nascimento Santos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Arnaldo Canarinho;

nomeando Ana Paula Figueiredo para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Arnaldo Canarinho.

Nos termos das Resoluções n°s 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 29/12/90, c/c a Deliberação da Mesa n° 1.029, de 23/2/94, assinou os seguintes atos:

designando o servidor efetivo Alexandre Werneck de Oliveira para a Função Gratificada de Nível Médio - FGM -, em virtude de sua classificação em processo seletivo interno do Banco de Potencial de Gerenciamento e Assessoramento, com exercício na Gerência-Geral de Apoio às Comissões;

designando a servidora efetiva Flávia Wardi Cruz Andrade para a Função Gratificada de Nível Médio - FGM, em virtude de sua classificação em processo seletivo interno do Banco de Pontencial de Gerenciamento e Assessoramento, com exercício na Gerência-Geral de Apoio às Comissões.

Nos termos da Deliberação da Mesa n° 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções n°s 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 1°/6/93, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 7/8/95, a servidora Maria da Conceição das Graças Ferreira, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos das Deliberações da Mesa n°s 269, de 4/5/83, e 463, de 19/9/90, que regulamenta a aplicação do art. 4° da Lei n° 10.254, de 20/7/90, c/c as Resoluções n°s 5.105, de 26/8/91, e 5.134, de 10/9/93, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, compulsoriamente, a partir de 10/8/95, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor Hélio Guerra de Oliveira Lima, detentor de Função Pública do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO N° 00741 - VALOR: R\$8.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO PRODUTORES RURAIS CORREGO MARTINS - TARUMIRIM.

DEPUTADO: DURVAL ANGELO.

CONVÊNIO N° 00848 - VALOR: R\$16.000,00.

ENTIDADE: UNIAO ESPORTE CLUBE - DIVINOPOLIS - DIVINOPOLIS.

DEPUTADO: MARCIO MIRANDA.

CONVÊNIO N° 00849 - VALOR: R\$28.000,00.

ENTIDADE: CONSELHO COMUN. DESENV. RURAL COMUNIDADE LOPES - DIVINOPOLIS.

DEPUTADO: MARCIO MIRANDA.

CONVÊNIO N° 00855 - VALOR: R\$5.000,00.

ENTIDADE: AUGUSTA LIVRE INDEPENDENTE RESP. LJ. MACONICA VERITAS VINCIT - DIVINOPOLIS.

DEPUTADO: MARCIO MIRANDA.

CONVÊNIO N° 00860 - VALOR: R\$3.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL JAIBA - JAIBA.

DEPUTADO: JAIME MARTINS.

CONVÊNIO N° 00864 - VALOR: R\$15.000,00.

ENTIDADE: CENTRO COMUN. RURAL SERRA SUSSUARANA CANA BRAVA - RUBIM.

DEPUTADO: BONIFACIO MOURAO.

CONVÊNIO N° 00865 - VALOR: R\$10.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DIVINOLANDIA MINAS - DIVINOLANDIA MINAS.

DEPUTADO: BONIFACIO MOURAO.

CONVÊNIO N° 00866 - VALOR: R\$3.500,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL PRESIDENTE BERNARDES - PRESIDENTE BERNARDES.

DEPUTADO: ARNALDO PENNA.

CONVÊNIO N° 00867 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO ESPORTIVA NOVA ESTRELA - CAMPANHA.

DEPUTADO: AILTON VILELA.

CONVÊNIO N° 00869 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: DISPENSARIO ABRIGO SANTA BARBARA - POCOS CALDAS.

DEPUTADO: JORGE EDUARDO.

CONVÊNIO N° 00871 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: CRECHE COMUN. MUNDO ENCANTADO - IPANEMA.

DEPUTADO: JORGE HANNAS.

CONVÊNIO N° 00872 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: SOCIEDADE SAO VICENTE PAULO - BOA ESPERANCA - BOA ESPERANCA.

DEPUTADO: DILZON MELO.

CONVÊNIO N° 00873 - VALOR: R\$1.700,00.

ENTIDADE: CENTRO COMUN. PRO-MORAR BAIXINHA - RUBIM.

DEPUTADO: JORGE HANNAS.

CONVÊNIO N° 00874 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES BAIRRO DOM BOSCO - SAO JOAO DEL REI.

DEPUTADO: JORGE HANNAS.
